



**PODER JUDICIÁRIO FEDERAL
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO TOCANTINS**

MINUTA

**CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS
DE TELEFONIA MÓVEL NAS MODALIDADES
LOCAL E DE LONGA DISTÂNCIA NACIONAL
QUE ENTRE SI CELEBRAM A UNIÃO, POR
INTERMÉDIO DO TRIBUNAL REGIONAL
ELEITORAL DO TOCANTINS, E A EMPRESA
XXXXXXXXXXXX.**

A União Federal, por meio do **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO TOCANTINS**, inscrito no CNPJ/MF sob o n.º 05.789.902/0001-72, com sede na Avenida Teotônio Segurado, 202 Norte, Conj. 01, lotes 1 e 2, Palmas/TO, neste ato representado por seu Diretor-Geral, **JOSÉ MACHADO DOS SANTOS**, brasileiro, casado, RG nº 1.565.192 - SSP/DF e CPF nº 412.307.011-68, e pelo Secretário de Administração e Orçamento, **TEODOMIRO FERNANDES AMORIM**, brasileiro, casado, portador do RG nº 1.522.273 - SSP/GO e do CPF nº 282.526.081-91, doravante denominada simplesmente CONTRATANTE, e a **XXXXXXXXXX**, inscrita no CNPJ nº XXXXXXXXX, com sede na XXXXXXXXXXXXXXXX, denominada CONTRATADA, neste ato representada pelo Senhor **XXXXXXXXXXXX**, brasileiro, casado, tendo em vista o que consta no Processo Administrativo SEI nº 0002504-54.2015, do Pregão Eletrônico-SRP nº 19/2015 e Ata de Registro de Preços nº XX/2015, com fundamento na Lei nº 10.520/02, no Decreto nº 5.450/05, na Lei nº 8.666/93, e demais legislações correlatas, resolvem celebrar o presente instrumento, mediante as cláusulas e as condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

1.1 - O contrato tem como objeto a contratação de empresa especializada na prestação de serviços de telefonia, no sistema de Serviço Móvel Pessoal – SMP, nas modalidades local e longa distância nacional, com fornecimento de aparelhos em comodato, conforme especificações constantes neste instrumento, no Edital do Pregão Eletrônico nº 19/2015 e respectivo Termo de Referência..

CLÁUSULA SEGUNDA - DO REGIME DE EXECUÇÃO

2.1 - O serviço contratado será realizado por execução indireta, sob o regime de empreitada por preço global, com pagamento sob demanda, ou seja, pelo serviço efetivamente utilizado.

CLÁUSULA TERCEIRA – DAS ESPECIFICAÇÕES DOS SERVIÇOS

3.1 – Os serviços serão prestados no sistema SMP – Serviço Móvel Pessoal, na forma de plano corporativo, sendo:

- a) até 40 (quarenta) linhas permanentes (CATEGORIA 1), com fornecimento de aparelhos em comodato. Será realizada a portabilidade dos números atualmente utilizados por este Tribunal, na hipótese de outra operadora, diferente da atualmente contratada, ser a vencedora do certame;
- b) até 170 (cento e setenta) linhas provisórias (CATEGORIA 2), com fornecimento de aparelhos em comodato, a serem utilizadas em anos eleitorais (de 1º de maio a 30 de novembro).

3.1.1 - O órgão contratante poderá requisitar a habilitação das linhas em qualquer município tocantinense onde a CONTRATADA tenha cobertura GSM.

3.2 – Os serviços prestados devem obedecer às seguintes características:

3.2.1 - Identificação de chamadas – Identificador, por meio do visor do aparelho, do número do telefone que está ligando para uma linha do plano.

3.2.2 - Caixa Postal – Gravar e armazenar mensagens de voz oriundas de ligações não atendidas:

- a) A caixa postal deve ser acessada via celular a partir de qualquer localidade onde a CONTRATADA possua cobertura GSM ou serviço de “roaming”.
- b) Se forem disponibilizadas outras formas de acessar a caixa postal, a opção de acesso via celular deve ser mantida, sob qualquer hipótese.

3.2.3 VC-1 FIXO - Ligações feitas para linhas fixas da mesma cidade ou entre cidades do mesmo DDD.

3.2.4 VC-1 ON NET - Ligações feitas para linhas móveis da mesma operadora, de mesmo DDD e que não pertença ao Plano Corporativo.

3.2.5 VC-1 OFF NET- Ligações feitas para linhas móveis de outra operadora, de mesmo DDD.

3.2.6 VC-2 FIXO - Ligações feitas de móvel para fixo, com código de área diferente, mas com o primeiro dígito do DDD igual.

3.2.7 VC-2 ON NET - Ligações feitas de móvel para móvel da mesma operadora, com código de área diferente, mas com o primeiro dígito do DDD igual.

3.2.8 VC-2 OFF NET - Ligações feitas de móvel para móvel de outra operadora, com código de área diferente, mas com o primeiro dígito do DDD igual.

3.2.9 VC-3 FIXO - Ligações feitas de móvel para fixo, com código de área diferente, sendo o primeiro dígito do DDD diferente.

3.2.10 VC-3 ON NET - Ligações feitas de móvel para móvel da mesma operadora, com código de área diferente, sendo o primeiro dígito do DDD diferente.

3.2.11 VC-3 OFF NET - Ligações feitas de móvel para móvel de outra operadora, com código de área diferente, sendo o primeiro dígito do DDD diferente.

3.2.12 DSL-1 – Recebimento de ligações em outro Estado, cujo primeiro dígito do DDD é igual ao do Tocantins.

3.2.13 DSL-2 – Recebimento de ligações em outro Estado, cujo primeiro dígito do DDD é diferente.

3.2.14 AD – Adicional de Deslocamento. Tarifa cobrada pelo recebimento de chamadas quando fora da área de habilitação da linha.

3.2.15 SMS – mensagem de texto enviada via celular.

3.2.16 Pacote de dados de no mínimo 5 GB, ilimitado.

3.3 No caso de modernização tecnológica do sistema de telefonia, a CONTRATANTE poderá solicitar a atualização para a nova tecnologia disponível, sem alteração nos custos dos serviços contratados.

3.4 Os aparelhos móveis serão fornecidos, em comodato, pela CONTRATADA, conforme item 5 do Termo de Referência.

3.5 O pagamento será realizado com base nas linhas e serviços efetivamente utilizados, de acordo com os valores estabelecidos no processo licitatório.

3.6 As ligações feitas para linhas móveis, que façam parte do Plano Corporativo (intragrupa), de mesmo DDD, na respectiva área de habilitação, são de valor zero.

3.7 Não será permitida a cobrança de valores por recebimento de ligações dentro do Estado do Tocantins.

3.8 Não será cobrada taxa, multa ou qualquer valor pelo desligamento de linhas, independentemente do tempo que permaneceram ativas.

3.9 O quantitativo estimado de consumo por linha não constitui qualquer

compromisso futuro com a CONTRATADA.

3.10 Caso haja prorrogação deste contrato, a CONTRATADA deverá substituir todos os aparelhos quando estes atingirem 2 (dois) anos de uso.

3.11 Não poderão ser cobradas tarifas por serviços ou facilidades não solicitados ou não autorizados pelo TRE.

3.12 Para todas as linhas já utilizadas por este Tribunal, no momento desta contratação, será exercido o direito à “PORTABILIDADE NUMÉRICA”.

CLÁUSULA QUARTA – DO APARELHOS

4.1 - Os aparelhos para as linhas da CATEGORIA 1 serão da marca/modelo descrita na proposta da contratada devidamente aceita pela contratante, devendo-se obedecer as características mínimas expostas no item 5.1 do Termo de Referência, quais sejam:

Android 4.4.4 Rede Quad Band Processador Quad Core Memória RAM de 3GB Tela de 5.1 a 5.7 (Super AMOLED, IPS LCD ou OLED) Densidade de pixels: mínimo de 424 ppi Proteção da tela: Gorilla Glass 3 ou Scratch-resistant Câmera traseira: Mínimo 13 Mp Resolução de gravação da câmera traseira: 4K(2160p) Câmera frontal: Full HD, 30fps Memória interna: 32 Giga (podendo ser utilizada memória externa)

Ou

iPhone Tela de 4.7 (IPS LCD) Câmera traseira: 8 Mp Resolução da câmera traseira: 3264 x 2448 pixel Resolução de gravação da câmera traseira: Full HD Proteção da tela: Scratch-resistant glass Flash: Dual Led
--

4.1.1.A Contratada deverá fornecer 3 (três) aparelhos reservas, em comodato, sem linhas habilitadas, com as características descritas acima e no prazo estabelecido no item 5.1, possibilitando a substituição imediata, em caso de eventual defeito dos aparelhos habilitados com as linhas permanentes.

4.1.2. Os aparelhos descritos acima deverão permitir a transferência das informações contidas no aparelho a ser eventualmente substituído, tais como agenda telefônica, lembretes, etc.

4.2. Os aparelhos para as linhas da CATEGORIA 2 serão da marca/modelo descrita na proposta da contratada devidamente aceita pela contratante, devendo-se obedecer as características mínimas expostas no item 5.1 do Termo de Referência, quais sejam:

Autonomia mínima, em conversação, de 5 (cinco) horas Identificadores permanentes de sinal e de carga de bateria Identificação de chamadas Registro de chamadas (pelo menos as dez últimas realizadas e recebidas) Recursos de transferência de arquivos via Bluetooth Discagem rápida por nome ou posições

4.2.1 A Contratada deverá fornecer 10 (dez) aparelhos reservas, em comodato, no prazo estabelecido no item 5.1, sem linhas habilitadas, com as características descritas acima, possibilitando a substituição imediata, em caso de eventual defeito dos aparelhos habilitados com as linhas provisórias.

4.2.2 Os aparelhos descritos acima deverão permitir a transferência das informações contidas no aparelho a ser eventualmente substituído, tais como agenda telefônica, lembretes, etc.

4.3. Os aparelhos fornecidos pela CONTRATADA deverão ser novos e sem uso na data da contratação e em eventuais substituições.

4.4. O local de entrega dos aparelhos será indicado pelo CONTRATANTE.

CLÁUSULA QUINTA – DOS PRAZOS

5.1. Prazo de entrega dos aparelhos e chips das linhas: 15 (quinze) dias úteis, a partir da assinatura do contrato.

5.2. Prazo de substituição dos aparelhos e chips defeituosos: 15 (quinze) dias úteis, a partir da comunicação.

CLÁUSULA SEXTA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

6.1. Disponibilizar ao CONTRATANTE consultores de atendimento em horário comercial.

6.2. Disponibilizar ao CONTRATANTE os contatos dos superiores hierárquicos dos consultores, além do contato telefônico do consultor de atendimento, de modo

a garantir o atendimento das demandas solicitadas pelos fiscais do Contrato.

6.3. Prestar ao TRE os serviços conforme estabelecido neste Termo de Referência, obedecendo à regulamentação aplicável descrita neste documento, em especial à regulamentação da ANATEL referente à qualidade dos serviços.

6.4. Garantir sigilo e inviolabilidade das conversações e comunicações de dados realizadas por meio do serviço desta contratação.

6.5. Prestar o serviço 24 (vinte e quatro) horas por dia, 7 (sete) dias por semana, durante todo o período de vigência do CONTRATO.

6.6. Disponibilizar uma Central de Atendimento, com ligação não tarifada, para que os usuários façam registros de ocorrências e as solicitações de reparo, bem como o acompanhamento da solução dos problemas. A Central de Atendimento Técnico deverá gerar um identificador de registro de chamadas, que será informado à CONTRATADA no momento da reclamação, e que terá por finalidade identificar, a qualquer momento, o problema específico, possibilitando o controle de chamadas.

6.7. Indicar, sem prejuízo da disponibilização de suporte técnico normal da empresa, um representante da contratada (preposto), na forma prevista no art. 67 da Lei nº 8.666/93, responsável pela comunicação com o contratante, acerca de todas as ocorrências verificadas no decorrer da vigência contratual, sobretudo nos dias de eleição.

6.8. Assumir inteira responsabilidade técnica e administrativa sobre o objeto contratado, não podendo transferir a outras empresas a responsabilidade por problemas de funcionamento do serviço. A FISCALIZAÇÃO não aceitará a transferência de qualquer responsabilidade da Contratada para terceiros, exceto no caso de transferência de Contratos de Concessão ou de Permissão, ou de Termo de Autorização, devidamente aprovados pela ANATEL.

6.9. Responsabilizar-se pelas infrações à regulamentação aplicável, que consistirão em infrações contratuais quando comprometerem os serviços prestados ao TRE.

6.10. Atender, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, qualquer demanda do CONTRATANTE quanto ao funcionamento das linhas ou substituição de aparelhos/chips defeituosos.

6.11. Entregar ao CONTRATANTE, mensalmente, as respectivas Notas Fiscais/Faturas telefônicas com antecedência mínima de 10 (dez) dias úteis da data de vencimento das mesmas. As faturas devem ser unificadas e conter todo faturamento das ligações realizadas objeto deste contrato, devendo conter também as recebidas in roaming, inclusive por operadora diversa da contratada, vetado qualquer tipo de faturamento individualizado.

6.12. Disponibilizar as faturas eletrônicas nos respectivos sites em formato de arquivo estruturado para download, até o dia 15 do mês subsequente, de forma a ser possível a importação do mesmo para a base de dados deste Tribunal.

CLÁUSULA SÉTIMA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

7.1. Efetuar todos os pagamentos nas condições pactuadas.

7.2 Verificar e aceitar as notas fiscais/faturas emitidas pela CONTRATADA, recusando-as quando inexatas ou incorretas.

7.3 Fornecer à CONTRATADA todas as informações relacionadas com o objeto do Contrato.

7.4 Notificar, por escrito, a CONTRATADA, a respeito de quaisquer irregularidades constatadas na prestação dos serviços.

7.5 Na hipótese de roubo, furto ou extravio, do aparelho celular o CONTRATANTE, por meio do Fiscal do Contrato, comunicará o fato a CONTRATADA, a qual deverá suspender imediatamente o serviço desse terminal móvel.

7.6 Na ocorrência dos casos descritos no item anterior ou em caso de defeito provocado pelo usuário fica o CONTRATANTE obrigado a ressarcir o aparelho à CONTRATADA pelo valor do preço praticado no mercado.

7.7 Ocorrendo um dos casos previstos nos itens 7.5 e 7.6, não obstante o ressarcimento do valor realizado pelo CONTRATANTE, fica a CONTRATADA obrigada a fornecer um novo aparelho em substituição, observando os prazos do item 6.10.

CLÁUSULA OITAVA – DO RECEBIMENTO

8.1. O recebimento do objeto da presente licitação dar-se-á na forma prevista no art. 73, inciso I, da Lei Federal n.º 8.666/93.

8.1.1. O recebimento provisório dos aparelhos celulares/chips e dos serviços não exclui a responsabilidade civil a ele relativa, nem a ético-profissional, pela sua perfeita execução e dar-se-á se satisfeitas as seguintes condições:

- a) aparelhos celulares e chips devidamente embalados, acondicionados e identificados de modo a preservar as características físicas;
- b) quantidades e especificações em conformidade com o estabelecido na Nota de Empenho;
- c) no prazo e local de entrega previstos neste Edital, no horário de 12h às 19h;
- d) serviços fornecidos de acordo com as descrições constantes no Termo de Referência.

8.2. O recebimento definitivo dos equipamentos/serviços dar-se-á após:

- a) verificação física para constatar a integridade dos produtos;
- b) verificação da conformidade dos serviços prestados com as quantidades e especificações constantes deste Edital.

8.2.1. Satisfeitas as exigências anteriores, lavrar-se-á Termo de Recebimento Definitivo, que poderá ser substituído pela atestação no verso da Nota Fiscal efetuada por servidor da Seção de Serviços Gerais deste Regional.

CLÁUSULA NONA - DA FISCALIZAÇÃO

9.1 - Será designado um gestor para este fim, a qual representará a Administração, para o acompanhamento e a fiscalização da execução do contrato, que consistem na verificação da conformidade da prestação dos serviços e da alocação dos recursos necessários, de forma a assegurar o perfeito cumprimento do ajuste.

9.1.2 A verificação da adequação da prestação do serviço deverá ser realizada com base nos critérios previstos no Termo de Referência, Proposta e especificações do objeto contratual.

9.1.3 A conformidade dos serviços deverá ser verificada juntamente com o documento da CONTRATADA que contenha a relação detalhada dos mesmos, de acordo com o estabelecido no Termo de Referência e na proposta, informando as respectivas quantidades e especificações técnicas.

9.1.4 O representante da Administração anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, indicando dia, mês e ano, adotando as providências necessárias ao fiel cumprimento das cláusulas contratuais e comunicando a autoridade competente, quando for o caso, conforme o disposto nos §§ 1º e 2º do artigo 67 da Lei nº 8.666/93.

9.1.5 A fiscalização de que trata esta cláusula não exclui nem reduz a responsabilidade da CONTRATADA, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior e, na ocorrência desta, não implica em corresponsabilidade da CONTRATANTE ou de seus agentes e prepostos, de conformidade com o art. 70 da Lei nº 8.666/93.

CLÁUSULA DÉCIMA – DAS ALTERAÇÕES

10.1. Eventuais alterações contratuais serão regidas pela disciplina do artigo 65 da

Lei nº 8.666/93.

10.2. A CONTRATADA obriga-se a aceitar, nas mesmas condições deste contrato, os acréscimos ou supressões que se façam necessários nos serviços, até o limite legal de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DO VALOR DO CONTRATO

11.1 O valor total estimado deste Contrato é de **R\$ XXXXXXXXXXXXX** anuais, conforme valores especificados nas planilhas de formação de preços anexas:

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DO REAJUSTE

12.1. O valor contratado poderá ser reajustado, observado o interregno mínimo de um ano, contado a partir da data da apresentação da proposta (no caso do primeiro reajuste), ou da data do último reajuste (para as subseqüentes), visando à adequação aos novos preços de mercado, dependendo de solicitação da contratada e **mediante a aplicação do IST-Índice de Serviços de Telecomunicações.**

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DO PAGAMENTO

13.1. O pagamento à licitante vencedora será efetuado no prazo de 5 (cinco) dias úteis, através de Ordem Bancária, após apresentação da Nota Fiscal/Fatura em 1 (uma) via, devidamente atestada.

13.1.1. A CONTRATADA deverá entregar ao CONTRATANTE, mensalmente, as respectivas Notas Fiscais/Faturas telefônicas com antecedência mínima de 10 (dez) dias úteis da data de vencimento das mesmas.

13.2. A nota fiscal/fatura deverá indicar o número da conta corrente e agência bancária para emissão da respectiva Ordem Bancária, além do número da nota de empenho.

13.2.1. A nota fiscal/fatura apresentada em desacordo com o estabelecido neste Contrato ou com qualquer circunstância que desaconselhe o pagamento será devolvida à CONTRATADA com a interrupção do prazo previsto para pagamento. A nova contagem do prazo será iniciada a partir da respectiva regularização.

13.2.3. A CONTRATADA não poderá apresentar nota fiscal/fatura com CNPJ diverso do qualificado no preâmbulo deste contrato.

13.2.4. Sobre a fatura incidirão os tributos legalmente instituídos e as multas que eventualmente vierem a ser aplicadas. Sendo a licitante vencedora isenta ou beneficiária de redução de alíquota de qualquer imposto, taxa ou de contribuição social ou ainda optante pelo SIMPLES, deverá apresentar junto com a fatura, cópia do comprovante respectivo.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

14.1 - As despesas serão custeadas com os recursos consignados ao Tribunal Regional Eleitoral do Tocantins, no Orçamento Geral da União, assim classificados: Elemento de Despesa 3.3.3.9.0.39.58 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica / **Serviços de Telecomunicações**, Programa de Trabalho **02.122.0570.20GP.0017** – . Plano Orçamentário 001 – Julgamento de Causas e Gestão Administrativa, no plano interno da JE – PI AOSA TELEFO.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

15.1. O atraso injustificado para o fornecimento dos materiais/equipamentos e ou início da prestação dos serviços sujeitará a Contratada à multa de mora, sem prejuízo das demais sanções, inclusive a prevista no inciso IV, do art. 78, da Lei nº 8.666/93, que será aplicada na forma seguinte:

- a) atraso de até 10 (dez) dias, multa diária de 0,4%, calculada sobre o valor do contrato;
- b) atraso superior a 10 (dez) dias, multa diária de 0,7%, calculada sobre o valor do contrato, limitada a 10% (dez por cento), sem prejuízo da rescisão unilateral por parte da Administração.

15.2. Pela inexecução total ou parcial do objeto contratado, a Contratada ficará sujeita às penalidades:

- a) advertência por escrito à Contratada sobre o descumprimento de obrigações assumidas e a determinação da adoção das necessárias medidas de correção;
- b) multa compensatória no percentual de até 10 % (dez por cento) calculada sobre o valor do contrato;
- c) impedimento de licitar e contratar com a União pelo prazo de até 5 (cinco) anos, conforme art. 7º da Lei nº 10.520/2002.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - DA VIGÊNCIA

16.1. O presente contrato vigorará pelo período de 12 (doze) meses, contados da sua assinatura, podendo ser prorrogado nos termos do inciso II do artigo 57 da Lei nº 8.666/1993.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – DA RESCISÃO CONTRATUAL

17.1. A inexecução total ou parcial deste Contrato, por parte do Contratado, com infringência do Art. 78, da Lei nº 8.666/1993, enseja a sua rescisão por parte da Contratante, assegurados todos os direitos previstos em Lei.

17.2. Na hipótese de rescisão administrativa do presente Contrato, o Contratado reconhece, de logo, o direito do Contratante de adotar, no que couber, as medidas previstas no artigo 80, da Lei n.º 8.666/1993.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – DA PUBLICAÇÃO

18.1 Incumbirá à CONTRATANTE providenciar a publicação do extrato deste Contrato no Diário Oficial da União, conforme dispõe o art.61, parágrafo único da Lei 8.666/93.

CLÁUSULA DÉCIMA NONA – DO FORO

19.1 Fica eleito o foro da Justiça Federal, Seção Judiciária do Estado do Tocantins, com renúncia expressa a outros, por mais privilegiados que sejam, para dirimir quaisquer questões fundadas neste Contrato.

E por estarem assim de pleno acordo, firmam as partes o presente instrumento em meio eletrônico, no processo administrativo em epígrafe, por intermédio do Sistema Eletrônico de Informações do CONTRATANTE.

Palmas - TO, ____ de maio de 2015.

JOSÉ MACHADO DOS SANTOS

Diretor-Geral / TRE-TO

TEODOMIRO FERNANDES AMORIM

Secretário de Administração e Orçamento / TRE-TO

Representante Legal da Contratada

ANEXO DO CONTRATO Nº XX/2015**PLANILHAS DE FORMAÇÃO DE PREÇOS****ITEM 1**

Descrição dos serviços para os aparelhos da CATEGORIA 1	Consumo mensal estimado por linha (A)	Nº de linhas (B)	Preço Unitário (C)	Total (AxBxC)=(D)
Assinatura básica mensal que deve incluir todos os benefícios contratados não listados abaixo	1	40		
Intragrupo local	1	40		
Caixa postal	3	40		
Gestor on line	1	40		
VC-1 FIXO – ligação feita de móvel para fixo da mesma cidade ou entre cidades do mesmo DDD	80	40		
VC-1 ON NET – ligação feita de móvel para móvel da mesma operadora, de mesmo DDD e que não pertença ao Plano Corporativo	100	40		
VC-1 OFF NET – ligação feita de móvel para móvel de outra operadora, de mesmo DDD	100	40		
VC-2 FIXO – ligação feita de móvel para fixo, com código de área diferente, mas com o primeiro dígito do DDD igual	20	40		
VC-2 ON NET – ligação feita de móvel para móvel da mesma operadora, com código de área diferente, mas com o primeiro dígito do DDD igual	20	40		
VC-2 OFF NET - ligação feita de móvel para móvel de outra operadora, com código de área diferente, mas com o primeiro dígito do DDD igual	20	40		
VC-3 FIXO – ligação feita de móvel para fixo, com código de área diferente, sendo o primeiro dígito do DDD diferente	20	40		

VC-3 ON NET – ligação feita de móvel para móvel da mesma operadora, com código de área diferente, sendo o primeiro dígito do DDD diferente	20	40		
VC-3 OFF NET - ligação feita de móvel para móvel de outra operadora, com código de área diferente, sendo o primeiro dígito do DDD diferente	20	40		
DSL-1 – Recebimento de ligações em outro Estado, cujo primeiro dígito do DDD é igual ao do Tocantins	5	40		
DSL-2 - Recebimento de ligações em outro Estado, cujo primeiro dígito do DDD é diferente	10	40		
AD – adicional de deslocamento (em número de eventos chamadas)	10	40		
SMS	30	40		
Pacote de dados de no mínimo 5GB, ilimitado	1	40		
VALOR MENSAL ESTIMADO DO ITEM 1				

ITEM 2

Descrição dos serviços para os aparelhos da CATEGORIA 2	Consumo mensal estimado por linha (A)	Nº de linhas (B)	Preço Unitário (C)	Total (AxBxC)=(D)
Assinatura básica mensal que deve incluir todos os benefícios contratados não listados abaixo	1	170		
Intragrupo local	1	170		
Caixa postal	1	170		
Gestor on line	1	170		
VC-1 FIXO – ligação feita de móvel para fixo da mesma cidade ou entre cidades do mesmo DDD	80	170		
VC-1 ON NET – ligação feita de móvel para móvel da mesma operadora, de mesmo DDD e que não pertença ao Plano Corporativo.	100	170		
VC-1 OFF NET – ligação feita de móvel para	100	170		

móvel de outra operadora, de mesmo DDD				
DSL-1 – Recebimento de ligações em outro Estado, cujo primeiro dígito do DDD é igual ao do Tocantins	1	170		
DSL-2 - Recebimento de ligações em outro Estado, cujo primeiro dígito do DDD é diferente	1	170		
AD – adicional de deslocamento (em número de eventos chamadas)	10	170		
SMS	30	170		
VALOR MENSAL ESTIMADO DO ITEM 2				

VALOR TOTAL ESTIMADO

VALOR MENSAL ESTIMADO DO ITEM 1 (A)	
VALOR MENSAL ESTIMADO DO ITEM 2 (B)	
VALOR MENSAL TOTAL ESTIMADO (A+B)	